

# COMIDA MIGRATÓRIA: A CULTURA ALIMENTAR E AS IDENTIDADES DE REFUGIADOS

*Migratory Meals: Food Culture and Refugee's Identities*

Isabella ALTOÉ<sup>1</sup>  
Elaine DE AZEVEDO<sup>2</sup>

Fecha de recepción: 31 de julio de 2018

Fecha de aceptación y versión final: 22 de octubre de 2018

**RESUMO:** Em um mundo repleto de conflitos e ameaças naturais, indivíduos são obrigados a sair de sua terra natal e procurar proteção em outro país. O Brasil é um país que abriga milhares de refugiados e essa situação acarreta em diversas mudanças econômicas, simbólicas e especialmente culturais. A inserção em uma nova cultura exige um processo constante de (re)construção de identidades, de forma que o indivíduo continua preservando sua cultura ao mesmo tempo que se recria com uma nova identidade no país de refúgio. Esse artigo visa discutir como esse processo identitário através de um marcador cultural muito comum: a alimentação. Dessa forma, busca-se refletir qual o papel das práticas alimentares no processo de construção de uma identidade de refugiado, ao mesmo tempo em que é pensada a influência da cultura alimentar na preservação de identidade étnica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil, alimentação, culinária, identidade, refúgio, migração.

**ABSTRACT:** In a world full of natural conflicts and threats, individuals are forced to leave their homeland and seek protection in another country. Brazil is a country that shelters thousands of refugees and this situation has led to several economic, symbolic and especially cultural changes. Insertion into a new culture requires a constant process of building identities, so the individual continues to preserve his culture while re-creating a new identity in the country of refuge. This article aims to discuss how this identity process occurs through a very common cultural marker: food. In this way, it is sought to reflect on the role of food practices in the process of elaborating a refugee's identity and the influence of food culture on the preservation of ethnic identity.

**KEYWORDS:** Brazil, food, culinary, identity, refugee migration.

---

<sup>1</sup> Isabella Altoé, Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil. E-mail: izzyaltoe@gmail.com.

<sup>2</sup> Elaine de Azevedo, Doutora em Sociologia Política/ UFSC. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (DSCO/CCHN/UFES), Brasil. E-mail: elainepeled@gmail.com.



## INTRODUÇÃO

O século XXI é marcado por grandes deslocamentos populacionais. A tecnologia e comunicação desenvolveram meios de conectar pessoas a nível mundial como nunca antes havia acontecido. A globalização<sup>3</sup> transformou o nosso cotidiano e hoje barreiras podem ser atravessadas com muito mais facilidade, levando a um constante vai-e-vem de pessoas, objetos, matérias-primas, culturas, alimentos.

Em uma era propícia à circulação, indivíduos migram constantemente pelos mais diversos motivos: à procura de novas oportunidades econômicas ou sociais, em busca de conhecimento científico, para escapar da pobreza, violência ou desastres ambientais. De acordo com Castles e Miller, “existem poucas pessoas hoje, tanto nos países industrializados quanto nos menos desenvolvidos, que não possuem uma experiência pessoal com a migração e seus efeitos” (2009: 7. Tradução da autora)<sup>4</sup>.

Entre esses deslocamentos contemporâneos, um dos mais notáveis é o de pessoas que migram de sua terra natal para outros países em busca de refúgio. Segundo o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) (UNHCR, 2017), em 2016 cerca de 65,6 milhões de indivíduos foram forçados a sair de seu país de origem devido às perseguições, conflitos, violência ou violação de direitos humanos.

O impacto causado pela circulação forçada gera transformações na vida desses indivíduos nos âmbitos econômico, político, social e, o que mais interessa a este trabalho, cultural. Devido à mudança de território, os refugiados precisam deixar para trás não só o país de origem, mas os amigos e familiares, bem como costumes, tradições e hábitos cotidianos que constituem a identidade étnica desses indivíduos. Além de se afastarem geograficamente desse meio cultural específico, eles ainda precisam buscar inserção social e cultural na nova sociedade em que desembarcam. Tal tarefa não é simples, pois envolve descobrir e assimilar novos conhecimentos que muitas vezes são opostos aos que os refugiados cultivam.

Todavia, o processo de inserção em um novo país não precisa incluir o abandono das características culturais próprias de cada grupo ou território.

---

<sup>3</sup> Entendo como globalização o conceito utilizado por Castles e Miller (2009) de uma ampliação, um aprofundamento e uma aceleração da interconexão mundial em todos os aspectos da vida social contemporânea. (Held *et al.*, 1992: 2 apud Castles e Miller, 2009: 51. Tradução minha)

<sup>4</sup> No original “There can be few people in either industrial or less developed countries today who not have personal experience of migration and its effects”.

O deslocamento de pessoas envolve também o deslocamento de sua própria cultura. Os imigrantes são transportados para uma realidade que produz novas vivências, mas conseguem preservar aspectos identitários atrelados ao país de origem porque levam consigo práticas culturais de toda uma vida anterior construída em outro local.

Lévi-Strauss (1965) já afirmou que a cultura promove uma mediação entre o homem e o mundo, assim é possível pensar essa mediação por meio do aspecto alimentar. À vista disso, a cultura alimentar está entre os principais elementos culturais que são transitados junto com as pessoas no fluxo migratório. Segundo Poulain (2017), pessoas circulam entre sociedades e levam com elas práticas alimentares e maneiras à mesa, de modo que a alimentação é vista como um elemento cultural considerado crucial na manutenção da identidade de um indivíduo.

Embora os grandes deslocamentos globais possam gerar a ideia de que a globalização está provocando uma homogeneização cultural, este artigo refuta essa ideia. Contudo, também não é possível acreditar na existência de uma identidade cultural purista que acompanha o indivíduo pelo resto da vida. Dessa forma, propõe-se pensar que a identidade cultural de refugiados é híbrida e está constantemente em construção, como sugere Hall (2006), de modo que na situação de migração forçada existe uma negociação constante entre identidade étnica ligada a um passado e a nova identidade de refugiado.

Em vista do contexto explorado, este artigo visa realizar uma discussão teórica sobre o deslocamento de pessoas e práticas alimentares. Realizado como preâmbulo a uma pesquisa empírica que tenciona o estudo das práticas alimentares de refugiados da Grande Vitória (ES, Brasil), esta revisão literária tem como objetivo instigar o campo da discussão e reunir conceitos e relações acerca de dois fenômenos universais: a alimentação e a migração. Assim, sob a hipótese de que a alimentação atua como um fator que promove identificação e permite re(construir) as identidades culturais, busca-se refletir o papel da alimentação na manutenção das identidades de um refugiado, sua influência na construção da nova identidade no país de refúgio e a importância das práticas alimentares diárias na preservação da identidade étnica desses sujeitos.

## MATERIAL E MÉTODOS

Para fomentar a discussão teórica proposta por esse artigo, utilizei o método da revisão bibliográfica dos principais autores acerca da temática discutida. Dessa forma, os textos teóricos escolhidos dialogam com artigos científicos.

O critério de seleção dos artigos envolveu trabalhos obtidos pelas bases de dados Periódicos Capes e Google Acadêmico, de onde foram selecionados artigos em português, inglês e francês. Como este artigo possui uma característica interdisciplinar, diferentes descritores foram utilizados na busca, entre eles alimentação; comensalidade; refúgio; migração e ainda a combinação de termos como alimentação e identidade cultural, alimentação e migração. A escolha dos trabalhos incluídos neste artigo obedeceu ao critério de afinidade com o tema discutido e o critério de inserção dos trabalhos nos campos de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas. Como as datas dos artigos pesquisados não influenciaram na exclusão ou inclusão dos trabalhos, a seleção dos artigos foi feita mediante leitura dos resumos, que já excluiu diversos textos que se afastavam da discussão proposta, e a leitura completa dos trabalhos pré-selecionados. Após a escolha dos artigos, foram divididos em três categorias: alimentação, migração e os que faziam interseção dos temas, na categoria nomeada comida migratória.

Com o objetivo de refletir acerca das relações entre alimentação e identidade cultural de refugiados, os argumentos apresentados neste trabalho partem da revisão literária dos estudos coletados sobre alimentação, cultura e migração, que permitem realizar as considerações teóricas propostas. Tendo isso em vista, os principais quadros teóricos que sustentam o desenvolvimento da argumentação a seguir partem das ideias de migração apresentadas por Sayad (1998) e Castles e Miller (2009) e pelo conceito de refugiado do Estatuto dos Refugiados de 1951. O conceito de identidade é explorado com base na discussão proposta por Stuart Hall (2006), que afirma existirem identidades híbridas na contemporaneidade. Adiante, a discussão sobre as práticas alimentares de refugiados são baseadas nos estudos de Contreras (2005) e Contreras e Gracia (2011) que apresentam a noção de comida como um “marcador étnico”, e também o conceito de ‘contínuo alimentar’ desenvolvido por Calvo (1982).

## UM PANORAMA DO REFÚGIO NO BRASIL

Antes de aprofundar a discussão proposta, considera-se necessário elucidar os diferentes tipos de migrações existentes, já que o tema pode vir a ser motivo de confusão. Logo, é preciso entender o que é um migrante espontâneo? O que caracteriza o migrante forçado? O que é um refugiado?

Sayad (1998) analisa a migração econômica ao definir o imigrante como estrangeiro que circula na condição de trabalhador. O autor aponta para o cará-

ter provisório de ser imigrante. Com uma visão atrelada ao emprego, ele sugere que o “próprio imigrante desaparece no momento que desaparece o trabalho” (Sayad, 1998: 55). Sempre em trânsito, esses indivíduos são vistos como uma presença apenas tolerada, de quem sempre se espera a partida.

A migração econômica é uma das circulações mais comuns entre indivíduos e geralmente acontece de forma voluntária. Castles e Miller (2009) explicam esse fluxo espontâneo como uma atividade que contempla em sua maioria pessoas jovens e economicamente ativas, que migram para uma economia de salários mais altos a fim melhorar as suas condições de vida. Além da migração econômica, é possível ainda falar em migração social, na qual o sujeito transita para países que oferecem melhores condições de segurança, educação e saúde.

Já a migração forçada é o oposto da apresentada acima, uma vez que indivíduos são obrigados a abandonar seus países para escapar de perseguições, conflitos e outras situações que demandem proteção internacional. Tais sujeitos podem ser classificados como asilados, deslocados internos e refugiados (Castles e Miller, 2009). Esse último grupo é definido pela Convenção Internacional sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 como o indivíduo que, devido a fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social específico ou opinião política, encontra-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira retornar a ele (United Nations High Commissioner for Refugees, 1951).

O Brasil, além de estar de acordo com o Estatuto dos Refugiados de 1951, ainda participa da Declaração de Cartagena de 1984, que atendeu às demandas da época em que diversos países da América Latina passavam por ditaduras, ocasionando no deslocamento de mais de 2 milhões de pessoas (Corrêa, *et al.*, 2015). O país ainda se diferencia dos demais por ter criado a Lei Brasileira de Refúgio 9.474 de 1997. Segundo Corrêa *et al.*, tal lei adiciona à definição de refugiado aqueles indivíduos que encontram-se em um território marcado por situação de grave violação dos direitos humanos.

Em 2017, o Brasil contava com um total de 10.145 refugiados reconhecidos, sendo a maioria originária da Síria, República Democrática do Congo, Colômbia, Angola e Palestina. Embora o número de pessoas reconhecidas seja por volta de dez mil, os pedidos de refúgio ultrapassaram a marca de 33 mil no mesmo ano (*Refúgio em Números...*, s.f.). Tal diferença entre pedidos negados e aceitos se dá porque muitos dos indivíduos que solicitam refúgio no Brasil não são reconhecidos na condição de refugiado e têm o visto de entrada negado.

A comunidade síria possui o maior número de refugiados no país, com 2.771 cidadãos reconhecidos, segundo o relatório da CONARE de 2017. Devido ao conhecimento internacional do conflito que já deixou mais de meio milhão de mortos na Síria (*Guerra na Síria já...*, 2018), torna-se claro constatar a grave e generalizada violência existente no país (Côrrea. *et al.*, 2015). Por esse motivo o Brasil criou normas para facilitar o visto aos cidadãos sírios. Além do auxílio a essa população específica, a legislação brasileira reconhece a todos os refugiados direito ao trabalho, à educação, à saúde e à mobilidade em território nacional (*Refugiados e CONARE*, s.f.).

Embora a lei certifique todos os direitos para que os refugiados possam construir uma nova vida no Brasil, a realidade se difere disso. Ao redor do globo, imigrantes são culpados por crime, doenças e desemprego, e ainda sofrem diretamente com racismo e xenofobia (Castles e Miller, 2009). Vivendo na condição de imigrante forçado, a sensação de presença apenas tolerada que Sayad sugere é ampliada. O refugiado perde o caráter de provisoriedade do migrante econômico, e torna-se uma presença forçada definitiva na sociedade.

Com tudo isso, o refugiado também passa por dificuldades na inserção do mercado de trabalho, vendo-se obrigado a aceitar empregos que muito se diferem de sua área de atuação. Outra questão existente é a dificuldade de adaptação ao novo país. Refugiados não abandonaram sua terra natal, amigos e cultura de forma espontânea; eles foram forçados a deixar para trás um mundo de representações simbólicas familiares, de forma que o país de inserção a sujeita a criar uma nova identidade: a identidade de refugiado.

## O REFÚGIO E AS IDENTIDADES CULTURAIS

A identidade não deve ser vista como algo fixo e imutável, e sim como algo que é construído ao longo da vida e muda de acordo com o contexto no qual o indivíduo está inserido. Como sugere Hall (2006), a identidade está sempre sendo formada.

É possível constatar que muito do aprendizado que induz à formação de identidades está inserido no contexto geográfico no qual se vive. Ao falar de identidade cultural, é fácil relacioná-la a cultura de uma terra natal. Compartilhar costumes, língua, religião, símbolos e hábitos alimentares com um mesmo povo cria a sensação de pertencimento e ajuda na formação uma identidade cultural e social. Entretanto, o mundo globalizado ocasiona um grande fluxo de culturas. Pessoas transitam sem parar e trocam conhecimentos culturais umas

com as outras, de maneira que é possível ter acesso a comidas indianas e roupas chinesas em qualquer lugar do mundo. À vista disso, as nações se transformaram em híbridos culturais (Hall, 2006).

Essa noção de heterogeneidade cultural é importante, pois no contexto da migração ela influencia imigrantes forçados a não abandonarem a identidade cultural do país de origem. A fase migratória em que indivíduos em trânsito eram incorporados culturalmente na sociedade de inserção, sendo assimilados à cultura local, perdeu lugar para a sociedade formada por múltiplas culturas. Castles e Miller (2009) apontam como faz parte da condição de imigrante ter múltiplas identidades, que são conectadas às culturas da terra natal e do país de inserção. Hoje é possível, por exemplo, ser sírio e manter a identidade étnica síria enquanto está na condição de refugiado no Brasil, (re)construindo-se no país por meio de uma identidade de refugiado. O sírio continua comendo o *falafel* – bolinho frito de grão-de-bico – e o quibe cru, ao mesmo tempo em que passa a apreciar a coxinha e o brigadeiro.

Hall (2006) chama esse processo de tradução, conceito que define as identidades que atravessam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal mas, ainda assim, retêm forte vínculos com seus lugares de origem e suas tradições. Assim, o autor aponta como esses indivíduos, que muito bem se encaixam na categoria dos refugiados, negociam entre as novas culturas que vivem sem perder suas identidades étnicas. Ao chamar essas pessoas de “traduzidas”, Hall (2006) refere-se ao significado da palavra relacionado ao sentido de transferir, transportar. Logo, compreende-se que refugiados são transportados para outro país, precisando conviver com sua própria identidade étnica e ainda necessitam aprender novos aspectos culturais, adaptando-se a uma nova cultura.

Já está estabelecida a existência de uma identidade múltipla para refugiados, mas é importante questionar de que forma elas são construídas. Como colocado, a identidade cultural atrelada a uma nação ou um povo é um processo de construção simbólica que acontece durante toda a vida, por meio do sentimento de pertencimento a um grupo, que se dá na partilha de costumes, hábitos, religião, práticas alimentares. Esses elementos culturais são essenciais para o processo de construção e reconstrução de identidades, e é por isso que eles transitam negociando as duas ou mais identidades do sujeito.

Assim, para pensar na construção e preservação das identidades de indivíduos refugiados, busca-se refletir sobre essa manutenção identitária a partir do ponto de vista da alimentação, entendida como um dos aspectos mais cotidianos

e fundamentais à vida humana no sentido fisiológico e simbólico. Acredita-se que a cultura alimentar é um dos elementos culturais mais importantes, pois é vista como o marcador cultural de um povo que resiste mais tempo ao abandono (Poulain, 2017; Rial, Rocha e Hellebrandt, 2013). Para Contreras (2005), a cultura alimentar de um grupo – suas regras, usos, práticas, utensílios e representações simbólicas e valores sociais – é resultado de um longo processo histórico e cultural que envolve diversos aspectos do cotidiano, transformando as práticas alimentares em um mecanismo de reconhecimento de um povo.

Além de possuir aspectos imprescindíveis para a vida no sentido fisiológico, as práticas alimentares são repletas de representações simbólicas essenciais para as relações humanas, isso porque “nossas atitudes em relação à comida são aprendidas cedo, (...) o que confere ao nosso comportamento um poder sentimental duradouro” (Mintz, 2001: 31). Por isso que todas essas categorias relacionadas à alimentação criam uma conexão entre identidade e hábitos alimentares.

Levando esses aspectos em consideração, é preciso questionar: qual o papel das práticas alimentares no processo de construção da identidade de refugiado? E também, como a cultura alimentar influencia na preservação da identidade étnica de refugiados? Quais são as relações simbólicas existentes entre as essas práticas alimentares e o processo de construção e preservação de identidade?

## COMIDA MIGRATÓRIA: AS PERSPECTIVAS ALIMENTARES DE REFUGIADOS

A alimentação é vista como uma ferramenta muito comum entre imigrantes como forma de manutenção identitária na nova sociedade de inserção. Além da comida, outros recursos culturais comuns são manter o uso da língua materna e as práticas religiosas (Calvo, 1982). Mas por que a alimentação e suas práticas estão intimamente ligadas a um povo, podendo ser consideradas um elemento formador de identidade? Mintz (2001) considera alguns alimentos “inequivocamente nacionais”, estando diretamente conectados as identidades sociais, étnicas e nacionais que os indivíduos constroem. O autor ressalta como nacionalidades são identificadas de acordo com a alimentação: franceses são conhecidos por comer caracóis, chineses por consumir muito arroz e os italianos por não abrirem mão de uma boa massa. Vale destacar até mesmo a identidade alimentar relacionada aos brasileiros, consagrada pela popular feijoada e o churrasco, que são reconhecidos e comercializados em restaurantes ao redor do mundo como a comida brasileira autêntica.

A associação entre indivíduos e pratos típicos ocorre frequentemente no cotidiano, e isso acontece porque a cozinha e todas as práticas que ela envolve são repletas de representações e significados. Para Contreras e Gracia (2011) esses fatores permitem que a cultura alimentar seja percebida como um “marcador étnico”:

As formas de se alimentar, os produtos consumidos e forma de cozinhá-los estão relacionadas com os recursos locais, com as características do clima e dos solos, ou seja, com o território, com as formas de produção, com a agricultura e com a pecuária; e, também, com as formas de abastecimento e com o comércio. Também estão relacionadas com os sabores, com os conhecimentos, com as práticas culturais, inscritos em um contexto socioeconômico específico. (Contreras e Gracia, 2015: 448)

O marcador étnico também é identificado por Freyre (1977), que discorre de maneira lúdica sobre como o paladar define a personalidade nacional do indivíduo e o conecta de modo íntimo às árvores, às águas, aos locais onde passou e brincou quando menino e nos quais comeu os primeiros frutos e doces. Dessa maneira, tanto para Contreras e Gracia quanto para Freyre, as práticas alimentares estabelecem relações entre os territórios, os agentes e os grupos sociais. Tendo isso em vista, torna-se plausível afirmar que é impossível encontrar algum indivíduo que não relacione seu território de origem com algum alimento específico, que não tenha memórias gustativas relacionadas a um passado geograficamente localizado. Mesmo que se de maneira individual uma pessoa não aprecie determinado prato típico de sua terra natal, esse alimento continua sendo definidor de uma identidade social e cultural coletiva da qual esse indivíduo faz parte. Isso porque, como os autores sugerem, o paladar está ligado a uma terra e a um grupo, conectando pessoas a regiões por um “gosto em comum” tradicionalmente consagrado.

Por ser um marcador étnico, a alimentação ainda atua como um fator de distinção e de definição de indivíduos. Maciel (2005) sugere que isso acontece porque a alimentação se torna um local de aprendizado de um determinado povo, possibilitando que grupos sociais marquem uma distinção, se reconheçam e sejam reconhecidos. Assim, no contexto do refúgio, a alimentação constitui tanto uma forma de apresentar uma pessoa à sociedade, quanto uma maneira de conectar refugiados com suas origens.

Partindo da diferença, Mintz (2001) afirma que o quê, onde, como e com que frequência se come estão entre os fatores que mais rapidamente atraem a atenção de estranhos. Para ele, diferentes maneiras de se alimentar causam reações: curiosidade, repulsa, interesse pelo alimento e também por outras práticas que envolvem o ato de comer. Esses contrastes culturais promovidos pela alimentação são elementos que permitem a aproximação e a identificação com

o próximo. Mais do que isso, Mintz sugere que o “comportamento relativo à comida revela repetidamente a cultura em que cada um está inserido” (Mintz, 2001: 32). Outro autor que sustenta este ponto de vista é Montanari (2009), que considera a comida o principal caminho para entrar em contato com outra cultura, uma vez que consumir o alimento de outro grupo seria mais fácil do que compreender a língua estrangeira. Dessa maneira, as diferenças entre as culinárias atuam como um fator de aproximação. Ao sentir-se interessado pela cultura gastronômica do próximo, uma pessoa não só conhece uma nova iguaria, mas conhece todo um novo sistema cultural no qual esse prato que causou curiosidade está inserido e também se conecta com o outro indivíduo que participa desse complexo cultural.

Uma situação em que pessoas de diferentes nacionalidades estão reunidas em volta da mesa ilustra o que os autores defendem. Além das preferências gustativas e de diversos pratos, a forma de cada um comer será diferente: sentado no chão ou em cadeiras, o uso de talheres ou não, a ordem do que é comido. Tudo isso torna possível saber quem são esses indivíduos e permite imaginar de onde eles vêm. É por isso que a clássica frase de Brillat-Savarin, “dize-me o que comes e te direi quem és”, nunca se perde no tempo (Brillat-Savarin, 1995: 15). Inclusive, em um mundo globalizado repleto de deslocamentos de pessoas e culturas, essa frase torna-se essencial na percepção e construção de identidades.

Esse reconhecimento mediante contrastes culturais é reiterado por Contreras e Gracia (2011), que veem a construção da identidade culinária ser baseada não somente em uma ideia de nós, mas também em relação aos outros. Essa relação entre nós e eles traz de volta a teoria social de Norbert Elias (2000), que acredita que só podemos construir um grupo coeso mediante a diferenciação com o outro. Quando a distinção é formada por meio da alimentação, o que um grupo come o coloca dentro de um marcador que aproxima todos que comem de forma semelhante e o separa de quem se alimenta de forma diferente. Assim, o sentimento de pertencimento e de coesão social de um coletivo é fortalecido e permite que essa comunidade de indivíduos seja reconhecida por seus hábitos alimentares.

Ao se tornar refugiado, o indivíduo encontra maneiras para apresentar-se à sociedade de inserção e ser reconhecido. Longe da comunidade, local e hábitos que o caracterizam originalmente, é possível identificar-se por meio de uma culinária, já que “mais do que hábitos e comportamentos alimentares, as *cozinhas* implicam formas de perceber e expressar um determinado modo ou estilo de vida que se quer particular a um determinado grupo” (Maciel, 2005: 54. Gri-

fo original). Dessa maneira, o consumo alimentar constitui um dos inúmeros fatores culturais capazes de definir a identidade étnica do indivíduo e também de caracterizá-lo como refugiado.

Os eventos, feiras e projetos gastronômicos que visam à integração social entre imigrantes e brasileiros são os principais meios pelos quais é possível apresentar a identidade de refugiado para o próximo. Essa é a proposta do projeto “Meu Amigo Refugiado” (Freitas, 2016), uma campanha que incentiva famílias brasileiras do Rio de Janeiro e São Paulo a receber refugiados para compartilhar a ceia de natal, na qual é servida pratos tradicionais brasileiros preparados pelos anfitriões e pratos típicos do país do imigrante, levados pelo convidado. Com o objetivo de proporcionar a inserção social dos refugiados por meio da comida, os pratos compartilhados permitem que os comensais se apresentem e conheçam uns aos outros por meio da cultura alimentar. Assim, o encontro promove a sociabilidade e a apresentação identitária entre os grupos.

Outro momento em que essa comunicação identitária acontece é por meio do comércio de comidas étnicas, saída encontrada por muitos refugiados para conseguir estabilidade econômica no novo país. Ao comercializarem comidas típicas, refugiados promovem um intercâmbio cultural e gastronômico, possibilitando que brasileiros conheçam uma nova cultura por meio de refeições étnicas. Como citado, a comida desconhecida desperta reações e curiosidade, de modo que se torna ferramenta de identificação e aproximação.

Embora o contraste de culturas alimentares funcione como uma interface entre refugiados e brasileiros, formando uma base para princípios de identificação, diferenciação e alteridade (Poulain, 2017), é no âmbito doméstico que as práticas alimentares de refugiados são realizadas com mais frequência, por meio do que Calvo (1982) qualifica como “contínuo alimentar”<sup>5</sup>. O autor define a expressão como uma seleção de práticas culinárias que permanecem no cotidiano do migrante após a chegada ao novo país, expressando a manutenção temporal e espacial da cultura.

Esse contínuo alimentar é desenvolvido na esfera doméstica, no interior do grupo de refugiados, e contribui para o papel da alimentação de atuar como elemento definidor de uma comunidade. As práticas selecionadas para continuar no cotidiano são uma maneira de afirmar todos os dias que os hábitos alimentares podem continuar os mesmos e são capazes de definir culturalmente essas pessoas. Essas práticas preservam a identidade étnica no grupo e ajudam a construir a nova identidade como refugiado.

---

<sup>5</sup> No original *continuum alimentaire* (Calvo, 1982).

Dialogando com esse senso de comunidade e identidade, Bailey (2017) sugere que as práticas alimentares no contexto migratório criam quatro diferentes sentidos no cotidiano do migrante. O primeiro seria o sentido de si, que está ligado às relações entre comida e pertencimento. Por meio desse sentido, é possível pensar a manutenção da identidade étnica dos refugiados, já que através da comida ele estaria desenvolvendo uma percepção de si mesmo. O segundo sentido é o de lar, que engloba as práticas alimentares e culinárias, sendo o espaço no qual o contínuo alimentar descrito por Calvo está inserido. O terceiro é o senso de comunidade, impulsionado pela comensalidade. Mesmo longe geograficamente do grupo original, o refugiado que partilha uma refeição com seus familiares que migraram com ele está reforçando os laços com sua comunidade. O quarto e último sentido descrito por Bailey é o de co presença, que cria o vínculo entre a comida e o cuidado. Esse último permite a reflexão acerca dos afetos e emoções que a alimentação proporciona, contribuindo para uma “nutrir” emocionalmente os indivíduos migrantes.

A permanência dessas práticas é fundamental para a manutenção da identidade do refugiado porque elas são repletas de fatores simbólicos. Comida é memória, é afeto, é resistência. Não se come apenas porque se tem fome no sentido fisiológico, mas porque é preciso alimentar as emoções e memórias, recordar momentos e situações importantes. A comida é capaz de transportar o indivíduo para outro lugar e outro tempo, como já foi descrito com as *madeleines* de Proust<sup>6</sup>. Para Flandrin e Montanari (1998), a culinária coloca em ação os saberes domésticos e artesanais, passando a ser vista como “área de uma continuidade histórica, de uma memória e de pertença comum” (Flandrin e Montanari, 1998: 811). Por ser espaço de continuidade é que a alimentação de um grupo resiste. Resiste a mudanças geográficas e culturais, resiste ao tempo e permanece sempre viva.

Mas dizer que a alimentação permanece viva não significa afirmar que ela não se transforma. A mudança é a base para o contínuo alimentar ser presente no dia a dia de refugiados. Calvo (1982) sugere que o caminho seguido por grupos de imigrantes para refazer ou preservar seu estilo alimentar em outra nação é utilizar algumas estratégias, como adaptação, adoção ou recusa. A adaptação sugere a substituição de ingredientes ou equipamentos a fim de conseguir reproduzir um prato típico, sendo esse o método mais importante para essa discussão. Já as outras duas táticas envolvem a adoção do estilo alimentar brasileiro ao cotidiano ou a completa recusa dessas práticas alimentares.

---

<sup>6</sup> Referência extraída do volume um da série “Em Busca do Tempo Perdido”, de Marcel Proust (1913-1927).

Por meio da adaptação, o refugiado consegue manter suas práticas alimentares originais. Mesmo que o sabor seja levemente alterado pela falta ou substituição de algum ingrediente, a essência não se perde. Contudo, atualmente não é difícil encontrar produtos étnicos no mercado. Os processos de globalização das últimas décadas ocasionaram a disseminação por todo o mundo de ingredientes e produtos caracteristicamente ligados a certas identidades nacionais. A grande maioria de redes de supermercados possui uma seção com produtos japoneses, árabes e africanos, por exemplo. Todavia, não é sempre que os produtos são encontrados ou estão disponíveis a preços acessíveis. Poulain (2017) afirma que a globalização dos mercados gerou um movimento de três vias, que resultou no desaparecimento de certas características, no surgimento de novas comidas e ainda espalhou alimentos e práticas a um nível transcultural. Para o autor, isso não “precisa ser visto somente como uma influência destrutiva sob as culturas alimentares, mas também como fatores que auxiliam nas suas reconstruções” (Poulain, 2017: n.p. Tradução da autora) (Em São Paulo, o refúgio na gastronomia (2017). Tendo isso em vista, refugiados que se preocupam em manter as práticas alimentares com as quais foram criados têm a possibilidade de recorrer à substituição de ingredientes e adaptação de pratos para que seja possível reproduzir uma comida típica.

Mesmo que esse prato reproduzido passe por mudanças, ele não perde seu valor cultural. É possível identificar isso com os pratos-totem, refeição que é culturalmente específica e representa a identidade de um grupo (Calvo, 1982), como a feijoada é para os brasileiros. Tais iguarias são importantes simbolicamente e funcionam como um mediador identitário. No refúgio, a reprodução e reconstrução desses pratos são significativas para constante elaboração de identidades dos migrantes.

Dessa forma é perceptível o significado de referir-se à culinária como viva. Tudo que é vivo está em constante transformação, como plantas, animais, seres humanos, culturas e também práticas alimentares. Nenhum desses elementos é estático, e não se pode esperar isso da culinária. Todas as culturas alimentares globais foram influenciadas e modificadas por fluxos migratórios no passado, como a chegada das especiarias à Europa por meio das navegações portuguesas e espanholas. Carneiro (2003) relembra que pratos conhecidos por serem símbolos nacionais e regionais de várias culinárias europeias só existem por conta de ingredientes vindo das Américas, como a batata inglesa e o tomate italiano, ou deve-se dizer batata “andina” e tomate “latino”? Hoje não poderia ser diferente. Fluxos migratórios de refugiados ou imigrantes econômicos continuam contri-

buindo para que a alimentação seja sempre transformada. Para Hannerz são exatamente esses fluxos de mudanças que mantém formas culturais vivas:

Queria enfatizar que apenas por estarem em constante movimento, sendo sempre recriados, é que os significados e as formas significativas podiam tornar-se duradouros (...). E, para manter a cultura em movimento, as pessoas, enquanto atores e redes de atores, têm de inventar cultura, refletir sobre ela, fazer experiências com ela, recordá-la (ou armazená-la de alguma outra maneira), discuti-la e transmiti-la. (Hannerz, 1997: 11-12)

Essa movimentação dos hábitos alimentares permite que os refugiados possam fazer a manutenção suas identidades híbridas. A culinária na situação de refúgio ainda mantém sua essência, mas para isso passa por adaptações e improvisos por grupos étnicos fora de sua terra natal. O fluxo da alimentação está nas transformações dos pratos-totem, e também está no cotidiano do grupo de migrantes, que experimentam novos gostos, inventam uma “culinária de refugiado” e assim mantém sua cultura alimentar em constante movimento. Por um lado, a alimentação permite ao indivíduo preservar e habitar a cultura intimamente ligada ao seu povo originário e a sua terra natal; por outro, ela o ajuda a se construir como refugiado em um novo país. A cultura alimentar atua nessas duas vias, estando presente na dupla identidade do indivíduo refugiado e fornecendo um caminho para que ela esteja em contínua construção.

## CONCLUSÃO

Em um mundo de constantes mudanças e deslocamentos, a ideia de que uma cultura global estaria se instalando cai por terra quando se depara com as identidades que estão sendo construídas. O que se tem atualmente são indivíduos capazes de incorporar aspectos culturais de diferentes regiões à sua identidade sem excluir características de sua própria cultura originária. Dessa forma, no contexto migratório, torna-se possível manter uma identidade ligada a um passado e a um território, ao mesmo tempo em que novos elementos culturais são aprendidos.

Dos aspectos que permitem essa constante elaboração de identidades culturais, a alimentação talvez seja um dos mais importantes porque envolve dimensões físicas e emocionais. Mintz (2001) lembra que os hábitos alimentares são veículos de profunda emoção e fruto de um longo processo de aprendizado que é repetido ao longo da vida. Da mesma forma em que é preciso comer todos os dias para se manter vivo fisiologicamente, alimentar-se de acordo com as representações culturais de seu povo ou comunidade, preservando o contínuo alimentar, possibilita ao sujeito manter-se vivo culturalmente.

As estratégias de adaptação associadas à disposição de mercadorias estrangeiras em mercados nacionais cria um cenário próspero para pensar que refugiados já estabelecidos no Brasil não encontrem grandes dificuldades de preservar o contínuo alimentar no âmbito familiar. Para além de o espaço domiciliar, as refeições étnicas que são comercializadas também podem ser vistas como práticas alimentares que contribuem para a negociação identitária. Mais que uma fonte de renda, a comida torna-se também uma forma de compartilhar a cultura étnica e usar as refeições típicas como meio de autorrepresentação em terras brasileiras, como é realizado no restaurante do refugiado congolês Pitchou Luambo (Em São Paulo, o refúgio na gastronomia, 2017,).

Calvo (1982) chegou a afirmar que o deslocamento para um país novo pode gerar questões relacionadas à identidade alimentar dos indivíduos. Ele sugere que existe a possibilidade de conflito ou tensão entre a identidade passada e a nova. Entretanto, como explorado nesse trabalho, tal embate identitário não ocorre, pois os imigrantes forçados não precisam abrir mão da construção cultural de sua nação de origem para assimilar-se a cultura do país de acolhida. Como pessoas que possuem identidade híbrida, os elementos culturais de uma identidade étnica são mantidos enquanto novos são incorporados, e essas duas identidades conseguem coexistir harmoniosamente no cotidiano do indivíduo. Essa convergência proposta por Calvo ainda não é sustentada pelas práticas alimentares, já que a alimentação possibilita a conexão entre as duas individualidades culturais, permitindo que a identidade étnica e a identidade de refugiado sempre estejam em processo de formação.

Seja no meio familiar ou no emprego, o refugiado não fica preso a sua alimentação de origem. Por ser indivíduo híbrido, contemplado por uma identidade étnica e uma identidade nova de refugiado, existe uma disposição em conhecer e integrar a cultura alimentar brasileira. A troca cultural acontece em duas vias: o refugiado apresenta-se por meio da comida étnica e também conhece o brasileiro por meio da culinária local. Assim, um congolês pode comer um *chakrey* – espécie de cuscuz doce – de manhã e um brigadeiro na parte da tarde, ou um sírio pode escolher apreciar um *falafel* e um pão de queijo na mesma refeição. O refugiado sírio pode comer como um sírio, mas ele também pode comer como um brasileiro. A relação entre “nós e eles” é entrelaçada. A cultura de um “nós” étnico encontra-se em constante comunicação com a cultura “deles”, que devido à hibridez das identidades, torna-se um pouco a cultura do refugiado também.

Esse trabalho parte apenas de uma discussão teórica, deixando em aberto questionamentos em relação ao tema. É possível estender a discussão para o campo, e buscar entender como se dá no cotidiano a prática desse contínuo alimentar? As adaptações e substituições são necessárias? Será que esses indivíduos realmente conseguem manter suas práticas alimentares devido à realidade complicada que é imposta pelo refúgio? Existe muito espaço para comprovar ou refutar empiricamente as ideias que esse assunto sugere, de modo que essa discussão não esgota a amplitude que os temas alimentação e refúgio podem oferecer.

#### AGRADECIMENTOS

A pesquisa de mestrado é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bailey, A. (2017). The Migrant Suitcase: Food, Belonging And Commensality Among Indian Migrants. in *The Netherlands. Appetite*: (110), 51-60. Crossref, doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.appet.2016.12.013>.
- Brillat-Savarin, J.A. (1995). *A Fisiologia do Gosto*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Calvo, M. (1982). Migration et Alimentation. *Social Science Information*, (21), 383-446. Crossref, doi:10.1177/053901882021003003.
- Carneiro, H. (2003). *Comida e Sociedade: Uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Castles, S., Miller, M.J. (2009). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. New York: The Guilford Press.
- Contreras, J., Gracia, M. (2011). *Alimentação, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Contreras, J. (2005). Patrimônio e globalização: o caso das culturas alimentares. In: A.M. Canesqui (org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 129-146.
- Corrêa Almeida Silveira, M., Nepomuceno Barcellos, R., Mattos, W., Miranda C. (2015). Migração por Sobrevivência: Soluções Brasileiras. *REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, (44), 221-236. Crossref, doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880004414>.
- Elias, N., Scotson, J.L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Em São Paulo, o refúgio na gastronomia (2017, maio 12). *São Paulo São*. Disponível em: <https://saopaulosao.com.br/nossas-pessoas/2892-em-s%C3%A3o-paulo,-o-ref%C3%BAgio-na-gastronomia.html>.

- Flandrin, J-L., Montanari, M. (1998). *História da Alimentação*. São Paulo: Editora Estação Liberdade.
- Freitas, H. (2016/12/16). Site permite convidar um refugiado para passar o Natal na casa de brasileiros. *Estadão*. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento.site-permite-convidar-um-refugiado-para-passar-o-natal-na-casa-de-brasileiros,10000095036>.
- Guerra na Síria já deixou mais de meio milhão de mortos, diz ONG* (2018/03/02). Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/guerra-na-siria-ja-deixou-mais-de-meio-milhao-de-mortos-diz-ong.ghtml>.
- Hall, S. (2006). *Identidade cultural na pós- modernidade*. São Paulo: DP&A.
- Hannerz, U. (1997). Fluxos, Fronteiras, híbridos: Palavras-chave da Antropologia Transnacional. *Mana, Estudos de Antropologia Social*: (3), 7-39.
- Lévi-Strauss, C. (1965). Le triangle culinaire. *L'Arc*, (26), 19-29.
- Maciel, M.E. (2005). Identidade Cultural e Alimentação. In: A.M. Canesqui (org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 49-55.
- Mintz, S.W. (2001). Comida e Antropologia: Uma Breve Revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (16), 31-41. Crossref, doi:10.1590/S0102-69092001000300002.
- Montanari, M. (2009). Introdução. In: M. Montanari (org.). *O mundo na cozinha: história, identidade, trocas*. São Paulo: Editora Senac, 11-19.
- Poulain, Jean-Pierre. (2017). *The Sociology of Food: Eating and the Place of Food in Society*. Bloomsbury, Não paginado.
- Refugiados e CONARE* (s.f.). Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.ita-maraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/153-refugiados-e-o-conare>.
- Refúgio em Números – 3ª Edição* (s.f.). Secretaria Nacional de Justiça. Disponível em: [http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros\\_1104.pdf](http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf).
- Rocha Pires Vieira da, C. Silva Rial, C., Hellebrandt, L. (2013). Alimentação, globalização e interculturalidade alimentar a partir do contexto migratório. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*: (14) 187-199. Crossref, doi:10.5007/1984-8951.2013v14n105p187.
- Sayad, A (1998). *A imigração ou o paradoxo das alteridades*. São Paulo: EDUSP.
- UNHCR (2017, junho 19). *Global Trends, Forced Displacement 2016*. Disponível em <http://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5943e8a34/global-trends-forced-displacement-2016.html>.
- United Nations High Commissioner for Refugees (1951). Convenção Relativa Ao Estatuto Dos Refugiados. Disponível em: [http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf?view=1](http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1).